

Infidelidade e barbárie na Hispania visigoda

RENAN FRIGHETTO
UFPR-Brasil

ABSTRACT

Hispanic-roman and visigothic manuscripts have a characterization of the barbarians that is well known in recent historiography. However, such characterization is absent in juridical texts, mainly in the seventh century. The objective of this study is to discuss the hypothesis that the word «unfaithful» substitutes for «barbarian» in these texts, once the characterization of both is quite similar.

O estudo e as investigações científicas acerca do conceito de barbárie na antigüidade clássica romana e na antigüidade tardia ocidental tiveram um crescimento qualitativo durante as décadas de 1980-1990. Com efeito, algumas obras e artigos destacam-se pela maneira inovadora e interessante de sua abordagem das fontes manuscritas e iconográficas. Podemos recordar, dentre outros vários autores, do trabalho realizado por Dauge que, indubitavelmente, aparece como marco basilar de todas as abordagens referentes à noção de barbárie na época romana imperial¹. Linha adotada tanto por Rodríguez Gervás na análise sobre a figura do bárbaro encontrada nos panegíricos baixo-imperiais² como por Pérez Sanchez em seu excelente artigo sobre a fixação visigoda na Aquitania e sua posterior hegemonia no centro-sul das Gálias, na segunda metade do século V, desde a ótica crítica

¹ Dauge, Y. A.: *Le Barbare. Recherches sur la conception romaine de la barbarie et de la civilisation*, Bruxelas, 1981.

² Rodríguez Gervás, M. J.: *Propaganda política y opinión pública en los panegíricos latinos del Bajo Imperio*, Salamanca, 1991, pp. 53-72.

de Sidonio Apolinário³. Trabalho que indica a redução nas fontes baixo-imperiais do esteriótipo do bárbaro⁴ para o caso dos visigodos vinculados e, até certo ponto, aliados de Roma.

Já o estudo de Beltrán Torreira, dedicado especificamente ao conceito de barbárie na *Hispania visigoda*⁵, segue uma linha similar a dos anteriores estudos centrando sua análise em fontes hispano-visigodas pós-589, ou seja, referentes a fase católica do reino hispano-visigodo. Porém sua abordagem privilegiou as fontes hispano-visigodas que apresentam de forma objetiva o bárbaro, em sua maioria fontes hagiográficas e literárias, ressaltando que tal termo desapareceu das fontes de cunho legislativo⁶. Mas em nossa opinião ao invés de desaparecer o termo bárbaro foi substituído por outra terminologia nas fontes legislativas hispano-visigodas. É uma hipótese que buscaremos corroborar com a leitura e a análise das referidas fontes ao longo de nosso trabalho.

Contudo afim de alcançarmos nosso intuito devemos oferecer, de forma mais ampla, as concepções que apresentam-nos ao bárbaro desde a época baixo-imperial. De maneira geral aquele aparece definido como um elemento externo totalmente apartado da *ciuilitas*⁷ greco-romana acabando por ser considerado como uma ameaça à integridade da própria civilização⁸, estando dotado da *ferocitas* —antítese da *humanitas*

³ Pérez Sánchez, D.: «Realidad social, asentamiento bárbaro y prejuicios ideológicos en la Galia del siglo V a través de la obra de Sidonio Apolinario», in: *Gerión 15*, Madrid, 1997, p. 223-41.

⁴ Como indica-nos o mesmo autor em Id., *ibid.*, p. 226, «... Podemos hablar de una línea descendente en la ‘demonización’ del bárbaro que coincide con una línea ascendente en su integración en el Bajo Imperio...».

⁵ Beltrán Torreira, F. M.: «El concepto de barbarie en la Hispania visigoda», in: *Antigüedad y Cristianismo III-Los Visigodos. Historia y civilización*, Murcia, 1986, p. 53-60.

⁶ Para tanto *vide Id.*, *ibid.*, p. 56, «... En cualquier caso, y a pesar de su continua utilización —como veremos—, en las obras literarias y religiosas de esta época, la palabra ‘bárbaro’ jamás aparecerá en los documentos de carácter público del Reino visigodo...».

⁷ Segundo García Moreno, L. A.: *Historia de España Visigoda*, Madrid, 1989, p. 248, «... las concepciones ideológicas clásicas que oponían servitudo a ingenuitas y ciuilitas a rusticitas...»; segundo DU CANGE, *Glossarium Mediae et infimae latinitatis*, Graz, 1954, v. 2, p. 369, «Ciuilitas, Jus civitatis (...), Ciuivum conventus cives ipsi...»; e BLAISE, A.: *Dictionnaire Latin-Français des Auteurs Chrétiens*, Turnholt, 1993, p. 156, «ciuilitas (...)qualité de citoyen, droit de cité (...) politesse, courtoise (...) l’ordre public juste et conforme aux lois, le droit...».

⁸ Como indica-nos Beltrán Torreira, F. M.: «El concepto de barbarie...», p. 53, «... ‘Bárbaro’, significaba pura y simplemente lo ajeno ó si se prefiere lo opuesto, a la tradi-

romana— sendo esse elemento a característica fundamental do selvagem⁹.

Tal postura diante do bárbaro/selvagem começou a sofrer algumas alterações no discurso das fontes baixo-imperiais a partir do momento em que grupos germânicos estabeleceram-se nos territórios ocidentais, nomeadamente no caso dos visigodos, na categoria de *foederati* do Império Romano do Ocidente¹⁰. Com efeito podemos observar uma mudança significativa nos relatos de Orósio e Hidácio de Chaves que começam a apresentar os visigodos como *defensoris imperii* contra outros germanos, esses definidos como bárbaros¹¹. Uma nova concepção ideológica que certamente estava

ción cultural grecolatina; y en su versión política aplicabase a todos aquellos reinos ó pueblos que no estuvieran sometidos a la égida de Roma...».

⁹ De acordo com Rodríguez Gervás, M. J.: *Propaganda política...*, p. 53, «... La radical oposición entre el mundo greco-romano y el bárbaro tiene su correlación terminológica en la dicotomía ferocitas/humanitas. Dichos conceptos, acuñados en época anterior, adquieren su pleno sentido en la comparación que se establece entre ambos, de tal modo que el espacio ajeno al Estado romano se define por la carencia de la humanitas, siendo este hecho el que los caracteriza como 'salvajes'...»; é muito interessante a idéia que passamos Varrão acerca da humanitas em seu *Vár.*, *De Lin. Lat.*, VIII, 31: *Quod si quis duplicem putat esse summam, ad quas metas naturae sit perveniendum in usu, utilitatis et elegantiae, quod non solum vestiti esse volumus tu vitemus frigus, sed etiam ut videamur vestiti esse honeste, non domum habere ut simus in tecto et tuto solum, quo necessitas contruserit, sed etiam ubi voluptas retineri possit, non solum vasa ad victum habilia, sed etiam figura bella atque ab artifice ficta, quod aliud homini, aliud humanitati satis est; quodvis sitienti homini poculum idoneum, humanitati nisi bellum parum...*, onde a humanitas aparece associada aqueles que possuem um «espírito cultivado».

¹⁰ Sobre o *foedus* romano-visigodo estabelecido a partir de 418 vide Frighetto, R.: *Cultura e Poder na Antigüidade Tardia Ocidental*, Curitiba, 2000, pp. 49-56; um estudo recente que faz uma análise do termo *foedus* e de todas as suas implicações é o de Valverde Castro, M. R.: *Ideología, simbolismo y ejercicio del poder real en la monarquia visigoda: un proceso de cambio*, Salamanca, 2000, pp. 45-6; e de acordo com Pérez Sánchez, D.: «Realidad social, asentamiento bárbaro y prejuicios ideológicos...», p. 229, «... La instalación de los visigodos en las Galias como resultado de la firma del *foedus* del año 418 respondió a razones concretas del momento, pero también fue la consecuencia lógica y última de un proceso de integración que comenzó en el siglo III y que supuso además la aceptación de los visigodos del orden propio del mundo romano...».

¹¹ *Or.*, *Hist. Adu. Pag.*, VII, 43: *... itaque nunc cottidie apud Hispanias geri bella gentium et agi strages ex alterutro barbarorum crebris certisque nuntiis discimus, praecipue Valliam Gothorum regem insistere patrandae paci ferunt...*; *Hid.*, *Cronc.*, a. 417: *Vallia rex gothorum romani nominis causa intra Hispanias caedes efficit barbarorum*. De acordo com Galán Sánchez, p. J.: *El género historiográfico de la chronica. Las crónicas*

relacionada com a aproximação entre os elementos da nobreza visigoda e da aristocracia senatorial galo-romana que será o germén do processo de regionalização e, conseqüentemente, de fragmentação do poder imperial no ocidente europeu¹². Assim devemos concordar com a interpretação proposta por Pérez Sanchez segundo a qual a imagem do bárbaro sempre esteve mediatizada pela sociedade na qual aquela representação insere-se¹³. No momento em que os visigodos passaram a ser fundamentais no auxílio e na defesa dos territórios ocidentais o discurso político romano imperial passou à um tom de integração dos novos parceiros no seio da *ciuitas* romana. Para tanto basta recordarmos o episódio da confrontação de Átila e dos hunos contra a coligação romano-germânica liderada por Aécio e pelo rei visigodo Teodorico I nos campos catalaúnicos onde a expressão hidaciana *pace societas* pode muito bem significar esta integração dos visigodos na *ciuitas* romana¹⁴.

Outro exemplo dessa assimilação dos visigodos à *ciuitas* romana é o da figura emblemática do rei Teodorico II¹⁵. Verdadeiro detentor do poder

hispanas de época visigoda, Cáceres, 1994, p. 65, «... La postura de Hidacio respecto de los godos no es del todo negativa. Así, los godos no son nunca designados por Hidacio con el nombre de *barbari*. Es más, los godos son presentados como los enemigos de los bárbaros...».

¹² Para tanto vide Frighetto, R.: *Cultura e Poder...*, p. 54; Rouché, M.: *L'Aquitaine, des wisigoths aux arabes (418-781). Naissance d'une région*, Paris, 1979, pp. 23-7; e Pérez Sánchez, D.: *El ejército en la sociedad visigoda*, Salamanca, 1989, p. 54.

¹³ Pérez Sánchez, D.: «Realidad social, asentamiento bárbaro y prejuicios ideológicos...», p. 239.

¹⁴ Hydt., *Chronc.*, a. 451: *Gens hunorum pace rupta depraedatur prouincias Galliarum, plurimae ciuitates effractae. In campis Catalaunicis haud longe de ciuitate, quam effregerant, Mettis, Aetio duci et regi Theodori, quibus erat in pace societas, aperto Marte confligens diuino caesa superatur auxilio...*; encontramos uma interpretação para a expressão hidaciana em duas passagens isidorianas, *Isid., Etym.*, XVIII, 1, 11: *... Pacis vocabulum videtur a pacto sumptum. Posterius autem pax accipitur, foedus primum initur...*; *Id., ibid.*, X, 245: *Sodales dicuntur qui ad symbolum convenire consueverunt, quasi suadentes. Ipsi et socii dicuntur propter periculi aut operis societatem, quasi in una caliga et in uno vestigio manentes*. Assim podemos observar, a partir da interpretação isidoriana, um princípio de integração existente entre romanos e visigodos expressado por Hidácio de Chaves e que pode servir como indício da aceitação dos visigodos na *ciuitas* romana.

¹⁵ Hydt., *Chron.*, a. 452: *... Thurismo rex gothorum spirans hostilia a Theoderico et Frederico fratribus iugulatur, cui Theodericus succedit in regno*.

político-militar nos territórios imperiais ocidentais¹⁶, interventor nas disputas políticas a volta da coroa imperial na Itália¹⁷, Teodorico II obteve igualmente um enorme prestígio cultural na medida em que aparece retratado no relato de Sidônio Apolinário¹⁸ como portador de *uirtutes* corporais e morais características da *ciuilitas* romana¹⁹. Além disso a obra sidoniana faz uma clara menção a utilização por parte de Teodorico II dum cerimonial régio que tem um claro paralelo com o cerimonial da corte imperial²⁰,

¹⁶ Seleccionamos duas passagens hidacianas que apontam nesse sentido: *Hydt., Chron., a. 456: Per Augustum Auitum Fronto comes legatus mittitur ad sueuos. Similiter et a rege gothorum Theudericus, quia fidus romano esset imperio, legati ad eosdem mittuntur, ut tam secum quam cum Romano imperio, quia uno essent pacis foedere copulati, iurati foederis promissa seruarente...; Id., ibid.: Mox [VI anno Marciani, aera CCCCXCIV] Hispanias rex Gothorum Theodoricus cum ingenti exercitu suo et cum uoluntate et ordinatione Auiti imperatoris ingreditur...; portanto os visigodos, já no reinado de Teodorico II, exerciam uma autêntica hegemonia sobre os territórios peninsulares agindo numa forma bastante autónoma, embora Hidácio busque acentuar que suas ações obedeciam as diretrizes imperiais. Mas o que parece claro é que Teodorico II coloca-se diante dum exército de visigodos e suas ações posteriores, como a tomada de *Bracara* e a passagem pela *Lusitania*, revestem-se numa independência total em relação ao Império.*

¹⁷ Atitude política claramente observada no apoio de Teodorico II as pretensões imperiais do senador Avito: *Hydt., Chron., a. 455: ... Ipso anno in Gallis Auitus Gallus ciuis ab exercitu Gallicano et ab honoratis primum Tolosa, dehinc apud Arelatum Augustus appellatus Romam pergat et suscipitur...*, sendo significativa a informação da sua elevação em Tolosa, centro do poder de Teodorico II; ver também Pérez Sánchez, D.: «Realidad social, asentamiento bárbaro y prejuicios ideológicos...», pp. 232-3.

¹⁸ Um interessante estudo da obra epistolar de Sidônio Apolinário é o de Fernández López, M. C.: «Sidonio Apolinario, humanista de la antigüedad tardía: su correspondencia», in: *Antigüedad y Cristianismo XI*, Murcia, 1994, p. 11-291.

¹⁹ *Sid. Ap., I, 2, 1: ... ita personam suam deus arbiter et ratio naturae consummatae felicitatis dote sociata cumulauerunt...; Id., ibid., 3: Igitur uir est (...) dignus agnosci (...) personam (...) mores. Si forma (...): corpore exacto, longissimis breuior, procerior (...) mediocribus. Capitis apex (...) Aurium legulae, sicut mos gentis est, crinium (...) Pilis (...) Barba (...) succulenti lactea cutis (...) iuuenali rubore. Teretes umeri, ualidi lacerti, dura brachia. In succinctis regnat uigor ilibus (...) magna membra, pes modicus...*

²⁰ *Id., ibid., 2, 4: ... reliquum mane regni administrandi cura sibi deputat, circumstitit sellam comes armiger; pellitorum turba satellitum ne absit, admittitur, ne obstrepat, eliminatur, sicque pro foribus immurmurat exclusa uelis, inclusa cancellis, inter haec intromissis gentium legationibus audit plurima, pauca respondet; si quid tractabitur, differt; si quid expeditur, accelerat...; Id., ibid., 2, 6: ... Si in conuiuuium uenitur (...) maximum tunc pondus in uerbis est, quippe cum illic aut nulla narrentur aut seria (...) cibi arte, non pretio placent, fercula nitore, non pondere (...) quid multis? uideas ibi elegantiam Graecam*

demonstrando-nos a assimilação por parte dos visigodos de elementos políticos e institucionais relacionados com a *ciuilitas* romana²¹. Tal idéia sugere que para além duma simples adaptação às tradições político-institucionais baixo-imperiais podemos vislumbrar a consolidação espacial dum *regnum wisigothorum*, ideal perseguido pelos visigodos desde os primórdios do século V²², aspecto que indicava na prática a ruptura do poder imperial nos territórios ocidentais ao mesmo tempo que incorporava, no campo teórico, os visigodos no eixo da civilização greco-romana. Nesse sentido a desestruturação política do Império Romano do Ocidente, que a nosso juízo foi um processo ocorrido ao longo da quinta centúria e culminado em 476²³, acabou por reconhecer uma realidade que já existia na prática, qual seja, a da existência dum *regnum* dos visigodos hegemonicamente detentor de uma considerável parcela dos territórios ocidentais. A partir de então os visigodos passaram a ocupar duma forma efetiva a antiga posição romana de detentores e defensores da *ciuilitas* nos territórios sob sua hegemonia, assumindo definitivamente a condição de «civilizados»²⁴.

abundantiam Gallicanam celeritatem Italiam, publicam pompam priuatam diligentiam regiam disciplinam...

²¹ Para tanto cf. Pérez Sánchez, D.: «Realidad social, asentamiento bárbaro y prejuicios ideológicos...», pp. 235-7.

²² Sobre esta tema vide Frighetto, R.: *Cultura e Poder...*, p. 54; Díaz Martínez, p. C.: «Rey y poder en la monarquía visigoda», in: *Iberia I*, Logroño, 1998, pp. 181-4; e o estudo de Valverde Castro, M. R.: *Ideología, simbolismo y ejercicio del poder real...*, p. 47, onde a autora indica que «... En consecuencia, desde una fecha muy temprana, los reyes visigodos mostraron sus deseos de autonomía y de expansión territorial...».

²³ Segundo Rouche, M.: «Le royaume wisigoth de Toulouse vu d'Espagne», in: *De la Antigüedad al Medievo-Siglos IV/VIII-III Congreso de Estudios Medievales*, Avila, 1993, p. 290, «... Ainsi, ce décalage dans la perception du changement, entre Hydace et les Romains d'Aquitaine, ces quinze années d'illusions supplémentaires, ont permis la lente agonie de l'Empire romain d'Occident. Contrairement à la vieille affirmation de Gibbon et de Piganiol, pour qui la civilisation romaine avait été assassinée, je dirai que les wisigoths de Toulouse l'ont mise en état de coma prolongé.»

²⁴ Devemos observar para tanto a interessante indicação feita sobre a figura do rei visigodo Eurico em *Isid., Hist. Goth.*, 35: ... *Sub hoc rege Gothi legum instituta scriptis habere coeperunt...*, onde a criação dum código legislativo por parte dum monarca visigodo pode denotar, na perspectiva isidoriana, a integração plena daqueles na *ciuilitas* romana. De acordo com King, P. D.: *Derecho y sociedad en el reino visigodo*, Madrid, 1972, p. 25, «... Aunque Isidoro nos dice que los godos se habían gobernado hasta entonces sólo por el derecho consuetudinario, esto es, sin duda, una exageración...», embora o

Essa perspectiva manter-se-à viva pelo restante da história visigoda mas contará com um elemento ideológico de grande relevância que reduzirá o caráter civilizatório dos visigodos até 589. Com efeito a vertente cristã ariana mantida pela monarquia visigoda como signo de sua diferenciação em relação aos elementos galo-romanos e hispano-romanos²⁵ terminou por colocar os visigodos, em termos teóricos e ideológicos, numa posição de inferioridade com relação àqueles germanos que abraçaram a ortodoxia, caso dos francos por exemplo²⁶. Tanto assim que a vitória dos

mesmo autor em sua nota 32 levante a explicação plausível de que Isidoro de Sevilha estivesse realçando o Código de Eurico como sendo «... el primer gran conjunto de leyes escritas por el que se gobernaron los godos...»; a idéia do ingresso definitivo dos visigodos na *ciuilitas* romana, sendo nesse sentido continuadores e defensores da *Romanitas* aparece realçada também em D'Ors, A.: *Estudios visigóticos II - El Código de Eurico*, Roma-Madrid, 1961, p. 2, «... Pero no debemos olvidar, al hacer esta caracterización del Código de Eurico, que su autor, sucumbido el Imperio de Occidente, venía a continuar la trayectoria legislativa de los principes romanos...»; uma abordagem do monarca Eurico e de seu código legislativo é oferecida por Valverde Castro, M. R.: *Ideología, simbolismo y ejercicio del poder real en la monarquía visigoda...*, pp. 63-79.

²⁵ Sobre esta questão existem diversos estudos dos quais destacamos Díaz Martínez, P. C.: «Visigothic political institutions», in: *Studies in Historical Archaeoethnology. Volume 4. The visigoths from the migration period to the seventh century. An ethnographic perspective* (Org. G. Ausenda), San Marino, 1999, p. 337; como indica Godoy, C. e Vilella, J.: «De la fides ghotica a la ortodoxia nicena: inicio de la teología política visigótica», in: *Antigüedad y Cristianismo III. Los visigodos. Historia y civilización*, Murcia, 1987, p. 123, «... La fe arriana, profesada por la mayoría de los visigodos, constituía un rasgo distintivo de la etnia frente a los hispanorromanos...»; vide também KING, p. D.: *Derecho y sociedad...*, p. 23.

²⁶ Sobre esta questão vide Frighetto, R.: *Cultura e Poder...*, p. 57; segundo Brown, P.: *O Fim do Mundo Clássico. De Marco Aurélio a Maomé*, Lisboa, 1972, p. 132, «... Os Francos eram a exceção que serve para provar a verdade da regra (...). Os bispos do sul e os senadores acolhem estes estrangeiros, comparativamente insignificantes. Resultado: os Francos sentem-se livres para se tornarem católicos...»; muito interessante a afirmação realizada por Rouche, M.: *L'Aquitaine des wisigoths aux arabes (418-781). Naissance d'une région*, Paris, 1979, p. 43, «... Cette opposition forte à Tours, en Auvergne, en Arles et en Catalogne, espère l'appui et la conquête par Clovis et ses Francs (...). Il semble bien que le lien en cause à effet établi entre l'hérésie arienne et la barbarie, face à l'identification de l'orthodoxie avec la romanité...»; de acordo com Isla Frez, A.: «Los reinos barbaros y el papado entre los siglos VI y VII», in: *De la Antigüedad al Medioevo (siglos IV/VIII). III Congreso de Estudios Medievales*, Avila, 1993, p. 72, «... Las victorias y la conversión al catolicismo niceísta de Clodoveo habían alterado profundamente el equilibrio del Occidente bárbaro...».

francos sobre os visigodos em 507 foi valorizada no Concílio de Orleans de 511 como a vitória da ortodoxia sobre a heresia ariana²⁷, apesar de sabermos que outros elementos de cunho político tiveram uma importância chave no desenrolar dos acontecimentos²⁸. Seja como for a historiografia cristã católica hispano-visigoda de finais do século VI, em especial a partir da crônica de João de Bicláro²⁹ e principalmente com a *Historia Gothorum* de Isidoro de Sevilha³⁰, recupera a imagem dos visigodos enquanto civilizados e detentores da tradição imperial romana colocando os inimigos externos, preferencialmente suevos, francos, vascos e cántabros, como autênticos bárbaros³¹ que ameaçavam a integridade territorial visigoda especialmente a partir do reinado de Leovigildo³².

²⁷ *Conc. Aurel., a. 511, ProL.: Concilium hoc habitum fuit quattuor annis postquam Clodoueus I, rex Francorum, Aquitaniam acquisiuit rege Visigothorum ariano expugnato, et ita maximam extensionem regno suo in Gallia dedit...*

²⁸ Para tanto cf. Rouche, M.: *L'Aquitaine...*, pp. 42-50.

²⁹ Utilizamos a edição da Crônica de João de Bicláro contida na obra de Campos, J.: *Juan de Bicláro, Obispo de Gerona. Su vida y su obra*, Madrid, 1960, p. 77-100.

³⁰ Utilizamos a edição de Rodríguez Alonso, C.: *Las Historias de los Godos, Vandalos y Suevos de Isidoro de Sevilla. Estudio, edición crítica y traducción*, Leon, 1975, p. 168-287.

³¹ Para tanto vide Beltrán Torreira, F. M.: «El concepto de barbarie...», p. 57.

³² *Ioan. Bicl., Chron., a. 574, 2: His diebus Liuuigildus rex Cantabriam ingressus provinciae pervasores interficit, Amaiam occupat, opes eorum pervadit et provinciam in suam revocat dicionem; a. 575, 2: Liuuigildus rex Arengenses montes ingreditur, Aspidium loci Seniore cum uxore et filiis captivos ducit opesque eius et loca in suam redigit potestatem; a. 576, 3: Liuuigildus rex in Gallaecia Suevorum fines conturbat: et a rege Mirone per legatos rogatus pacem eis pro parvo tempore tribuit; a. 577, 2: Liuuigildus Rex Orosipedam ingreditur et civitates atque castella eiusdem provinciae occupat et suam provinciam facit...; a. 581, 3: Liuuigildus rex partem Vasconiae occupat et civitatem, quae Victoriaco nuncupatur, condidit; a. 583, 1: Liuuigildus rex civitatem hispalensem congregato exercitu obsidet et rebellem filium gravi obsidione concludit, in cuius solatio Miro Suevorum rex ad expugnandum Hispalim advenit...; a. 585, 2: Liuuigildus rex Gallaecias vastat, Audecanem regem comprehensum regno privat, Suevorum gentem, thesaurum et patriam in suam redigit potestatem et Gothorum provinciam facit; a. 585, 4: Franci Galliam Narbonensem occupare cupientes cum exercitu ingressi in quorum congressionem Leouegildus Reccaredum filium obviam mittens et Francorum est ab eo repulsus exercitus et provincia Galliae ab eorum est infestatione liberata...; Isid., *Hist. Goth.*, 54: Egit etiam gloriose bellum aduersus infestas gentes fidei suscepto auxilio. Francis enim sexaginta fere milium armatorum Gallias inruentibus misso Claudio duce aduersus eos glorioso triumphauit euentu. Nulla umquam in Spaniis Gothorum uictoria uel maior uel similis extitit...; 59: ...*

Mas o caso das forças imperiais romano-orientais que ocuparam algumas áreas do levante ibérico entre 554 e 621³³ merece um destaque especial. É interessante observarmos a postura que os padres conciliares reunidos no Concílio II de Sevilha de 619³⁴, presidido pela figura já destacada de Isidoro de Sevilha³⁵, tomam com relação as forças imperiais. Com efeito, sugerem uma equiparação entre os romano-orientais e os inimigos bárbaros logo no cânone 1³⁶, que refere-se a disputa de territórios entre os bispados de Málaga, reconquistada pelos visigodos frente aos bizantinos no reinado de Sisebuto³⁷, de Eciija, de Cabra e de

Vittericum (...). Hic Wascones una expeditione uastauit...; 63: ... expeditionem contra incursum Vasconum Terraconensem prouinciam infestantium, ubi adeo montiuagi populi terrore aduentus eius perculti sunt...

³³ Sobre a datação da permanência romano-oriental no levante hispano, seguimos a indicada por Isid., *Hist. Goth.*, 47: *Aera DXCII, anno imperii Iustiniani XXVIII occiso Agilane Athanagildus regnum quod inuaderat tenuit annis XIII. Hic cum iam dudum sumpta tyrannide Agilanem regno priuare conaretur, militum sibi auxilia ab imperatore Iustiniano poposcerat, quos postea submouere a finibus regni molitus non potuit...; 62: Aera DCLVIII, anno imperii Heraclii X gloriosissimus Suinthila gratia diuina regni suscepit sceptra (...). Postquam uero apicem fastigii regalis conscendit, urbes residuas, quas in Spaniis Romana manus agebat, proelio conserto obtinuit auctamque triumphii gloriam prae ceteris regibus felicitate mirabili reportauit...*

³⁴ Utilizamos a edição do II Concílio de Sevilha de 619 feita por Vives, J.: *Concilios visigóticos e hispano-romanos*, Madrid-Barcelona, 1963, p. 163-85.

³⁵ De acordo com Orlandis, J. e Ramos-Lissón, D.: *Historia de los Concilios de la España Romana e Visigoda*, Pamplona, 1986, p. 253, «... Mucho más importancia tuvo por estos años la actividad conciliar desarrollada en la Bética, bajo la égida del metropolitano san Isidoro; fruto de ella fueron los Concilios de Sevilla del año 619...».

³⁶ Muito significativa a expressão encontrada em *Conc. Hisp. II, a. 619, c. 1: ... Sicut enim per legem mundialem his quos barbarica feritas captiva necessitate transvexit...*, equiparando a ocupação bizantina nos territórios peninsulares como terras capturadas pela ferocidade dos bárbaros.

³⁷ Segundo Orlandis, J.: *Historia de España 4. Época visigoda (409-711)*, Madrid, 1983, p. 133, «... Las más importantes victorias de Sisebuto fueron sim embargo las conseguidas sobre los bizantinos de Hispania (...); otra ciudad conquistada con toda a certeza por los visigodos fue Málaga, la segunda gran urbe imperial en la Península, que se ocupó antes del año 619...»; mesma opinião encontra-se em García Moreno, L. A.: *Historia de España visigoda*, Madrid, 1989, p. 149, «... los esfuerzos militares de Sisebuto se centrarían en dos sucesivas campañas militares dirigidas por el futuro rey Suintila, a la sazón duque. A lo que parece, el esfuerzo militar visigodo partiría de las estratégicas bases del alto Guadalquivir, entrando en cuña entre las porciones levantina y meridional de la provincia bizantina, para de inmediato proceder a la sistemática conquista de la segunda, ocu-

Elvira³⁸. Nesse sentido as forças imperiais, desalojadas de Málaga, apareciam como evidente elemento de instabilidade política interna do reino hispano-visigodo da mesma forma que os demais inimigos externos. Além disso, conforme o cânone 12 deste concílio hispalense, os romano-orientais contavam naquele momento com o aspecto ideológico contrário, segundo a perspectiva visigoda, da presença de elementos heréticos³⁹. Assim observamos que o discurso conciliar de Sevilha II já apresenta-nos a ortodoxia niceno-católica como elemento essencial do reconhecimento político no reino hispano-visigodo indicando-nos, por sua vez, a heresia como claro indício de ilegitimidade e de aproximação à barbarie. Uma sutil vinculação entre romanos-orientais e bárbaros que também aparece acentuada na *Historia Gothorum* especialmente no momento em que Suinthila consegue, por fim, expulsar aqueles inimigos do território peninsular⁴⁰. Príncipe modélico naquele momento⁴¹,

pando así los importantes centros urbanos de Medina Sidonia y Málaga con toda la zona de su entorno. Según nos informa Isidoro de Sevilla, las operaciones militares debían estar ya por completo finalizadas en el 615...».

³⁸ *Conc. Hisp. II, a. 619, c. 1: De Teudulfi Malacitanae ecclesiae episcopi querimoniis aduersus reliquos episcopos pro quibusdam parrochiis. (...), prima actione Teudulfi Malacitanae ecclesiae antestitis ad nos oblata precatio est adserentis antiquam eiusdem urbis parrochiam militares condam hostilitatis discrimine fuisse descissam, et ex parte aliqua ab ecclesiis Astigitanae, Eliberritanae atque Egabrensis urbium esse retentam...*

³⁹ *Conc. Hisp., a. 619, c. 12: De quodam Azefalorum episcopo. Duodecima actione ingressus est ad nos quidam ex haerese Acefalorum natione Syrius, ut adserit ipse esse episcopus...; devemos recordar a opinião de García Moreno, L. A.: *Historia de España visigoda*, p. 149, «... En fin, una vez obtenida la victoria y acordada la paz, la propaganda real de Sisebuto, muy bien canalizada a través de Isidoro de Sevilla (...), trataria de fundamentar y legitimar el dominio del Reino de Toledo sobre todo el solar hispánico, demostrando el carácter herético del emperador más representativo de Bizancio y creador de la provincia de la España bizantina, Justiniano, y recordando el repetido juicio de Dios referente a la superioridad militar goda sobre el Imperio...».*

⁴⁰ *Isid., Hist. Goth., 62: ... Postquam uero apicem fastigii regalis conscendit, urbes residuas, quas in Spaniis Romana manus agebat, proelio conserto obtinuit auctamque triumpho gloriam prae ceteris regibus felicitate mirabili reportauit, totius Spaniae intra oceani fretum monarchiam regni primus idem potitus, quod nulli retro principum est conlatum...*

⁴¹ *Id., ibid., 64: Praeter has militaris gloriae laudes plurimae in eo regiae maiestatis uirtutes: fides, prudentia, industria, in iudiciis examinatio strenua, in regendo cura praecipua, circa omnes munificentia, largus erga indigentes et inopes misericordia satis promptus, ita ut non solum princeps populorum, sed etiam pater pauperum uocari sit dignus.*

Suinthila aparece representado nos escritos isidorianos como aquele que culminou a unidade política do reino hispano-visigodo⁴².

Se as fontes hispano-visigodas apresentam-nos a «barbárie exterior» com seus agentes definidos também podemos dizer que estas mesmas fontes apontam-nos à presença duma «barbárie interior» que poderíamos dividir em dois grupos distintos. O primeiro composto pela população camponesa, em sua grande e esmagadora maioria rustica e paganizada, quase sempre apresentada pelas fontes de forma pejorativa como detentora da *ferocitas* e da *stultitia/ dementia*⁴³. Dessa forma a *rusticitas*, apresentada como característica inerente aos grupos sociais camponeses e sempre associada a *paganitas*⁴⁴, aparece como clara oposição à *ciuilitas* e a *christianitas* relacionadas, por certo, aos grupos sociais superiores e pertencentes a *nobilitas*⁴⁵. Esta vinculação entre *rusticus/barbarus* aparece bem delineada em fontes de cunho hagiográfico como são a *Vitas Sanctorum Patrum Emeretensium*⁴⁶, a *Uita Sancti Aemiliani*⁴⁷ e a *Uita Fruc-*

⁴² Para tanto *vide* Frighetto, R.: «Aspectos da teoria política isidoriana: o cânone 75 do IV Concílio de Toledo e a constituição monárquica do reino visigodo de Toledo», in: *Revista de Ciências Históricas XII*, Porto, 1997, pp. 75.

⁴³ Recentemente apresentamos dois trabalhos vinculados a essa temática: Frighetto, R., «Sociedade e cultura no NO. peninsular ibérico em finais do século VII, segundo o *De Genere Monachorum* de Valério do Bierzo», in: *Gallaecia 18*, Santiago de Compostela, 1999, p. 363-75; Id., «Barbari e rustici na obra de Valério do Bierzo (século VII)», in: *Anais da XX Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, Curitiba, 2001, p. 121-7.

⁴⁴ Para tanto *vide* McKenna, S.: *Paganism and pagan survivals in Spain up to the fall of the Visigothic kingdom*, Washington, 1938; e González Echegaray, J.: «El monacato de la España nórdica en su confrontación con el paganismo (siglos VI-VII)», in: *Semana de Historia del Monacato Cantabro-Astur-Leones*, Monasterio de S. Pelayo, 1982, p. 35-56.

⁴⁵ Idéia encontrada em Pricoco, S.: «Storia ecclesiastica e storia monastica nel De viris illustribus di Gennadio», in: *Monaci, Filosofi e Santi. Saggi di storia della cultura tardoantica*, Messina, 1992, p. 149, «... Alla fine del V secolo il paganesimo resiste e resisterà ancora oltre, anche a lungo, ma esso è già legato in modo irreversibile agli ambienti rurali, dove opera come persistenza di strati profondi della cultura e di istituti folklorici, alimentati soprattutto dalle credenze magiche. Sicuramente non è più un'opposizione delle classi colte...»; *vide* também Brown, P.: «Relics and social status in the age of Gregory of Tours», in: *Society and the holy in late antiquity*, Berkeley, 1989, pp. 230-3.

⁴⁶ *Vitas Sanctorum Patrum Emeretensium*, ed. Maya Sánchez, A.: *Corpus Christianorum. Series Latina CXVI*, Turnholti, Brepols, 1992, p. 3-102.

⁴⁷ *Vita S. Emilianii*, ed. Vázquez de Parga, L., Madrid, 1943, p. 3-38.

*tuosi*⁴⁸, bem como nos escritos auto-biográficos de Valério do Bierzo⁴⁹. Em todas estas fontes a figura do *rusticus* aparece descrita como feroz, violenta e pagã sendo, por esse motivo, facilmente controlada pelo demônio⁵⁰. Ora, podemos observar que a *ferocitas* comum ao *rusticus* estava diretamente associada naquelas fontes à sua condição de *uir paganus*⁵¹. Logo a relação camponês-rústico-pagão terminou por estar intimamente associada à imagem do *barbarus*.

Mas a par desta vinculação podemos observar uma segunda caracterização da barbárie interior que, em nossa opinião, aparece referenciada de forma subjetiva especialmente nas fontes hispano-visigodas de cunho histórico-cronístico e legislativo. Nestas fontes a idéia da barbárie aparece, nalguns casos que vamos analisar, relacionada a noção de *infidelitas*, levando-nos à uma caracterização daquele que comete algum ato de infidelidade contra o soberano ou contra o reino ser indiretamente apresentado como bárbaro.

Em nossa opinião essa foi a posição adotada por João de Bicláro ao analisar o episódio da rebelião de Hermenegildo contra seu pai e rei Leovigildo entre os anos de 579 e 585⁵². O biclarenses apresenta Hermenegildo como tirano que tentou usurpar o poder legítimo de seu pai⁵³ e que para

⁴⁸ *Vita Sancti Fructuosi*, ed. Díaz y Díaz, M. C.: *La Vida de San Fructuoso de Braga*, Braga, 1974, p. 78-117.

⁴⁹ Utilizamos a edição de Aherne, C. M.: *Valerio of Bierzo. An ascetic of the late visigothic period*, Washington, 1949, p. 68-159.

⁵⁰ Idéia que desenvolvemos em Frighetto, R.: «Um protótipo de *pseudo-sacerdos* na obra de Valério do Bierzo: o caso de Justus (*Ordo Querimoniae*, 6)», in: *Arys 2*, Huelva, 2001, p. 411-22.

⁵¹ Id., *Ibid.*

⁵² Da ampla bibliografia sobre o tema destacamos Godoy, C. e Vilella, J.: «De la Fides Gothica a la ortodoxia nicena...», pp. 129-33; Cazier, P.: *Isidore de Séville et la naissance de l'Espagne catholique*, Paris, 1994, pp. 39-48; Galán Sánchez, p. J.: «La Chronica de Juan de Bicláro: primera manifestación historiográfica del nacionalismo hispano-visigodo», in: *Jornadas Internacionales «Los visigodos y su mundo»*, Madrid, 1998, p. 53-60; Valverde Castro, M. R.: *Ideología, simbolismo y ejercicio del poder real...*, pp. 145-8; Fontaine, J.: «Conversion et culture chez les wisigoths d'Espagne», in: *Culture et Spiritualité en Espagne du IV^e au VII^e siècle*, Londres, 1986, p. 86-147; e Reydellet, M.: «La conception du souverain chez Isidore de Seville», in: *Isidoriana*, Leon, 1966, p. 457-66.

⁵³ *Ioan. Bicl., Chron., a. 579-3: ... Nam eodem anno filius eius Hermenegildus factione Gosuinthae reginae tyrannidem assumens in Hispali civitate rebellionem facta recluditur...*

tanto contou com o auxílio de inimigos externos em seu intento⁵⁴. O mais interessante, contudo, é a ausência de referências diretas aos elementos da nobreza hispano-romana e visigoda que apoiaram a atitude de Hermenegildo na província da Bética. Claro está que aqueles que porventura apoiaram a revolta de Hermenegildo tinham incorrido no grave delito de *infidelitas* contra o soberano e muito provavelmente tenham sofrido a mesma penalização daquele, primeiro o exílio⁵⁵ e posteriormente a morte⁵⁶. Ao fim e ao cabo a infidelidade por parte de algum elemento da nobreza em relação ao rei implicava diretamente na quebra do juramento prestado ao soberano sendo conseqüentemente considerada como uma atitude perfida⁵⁷ e violenta. Não apenas contra o rei, mas contra a estabilidade e harmonia interna do reino⁵⁸. Assim perfídia e violência, dois atributos diretamente relacionados a figura do bárbaro, aparecem como características inerentes do infiel.

Esta mesma interpretação da atitude tirânica de Hermenegildo foi seguida por Isidoro de Sevilha em sua *Historia Gothorum*⁵⁹. Mas foi exatamente no cânone 75 do IV Concílio de Toledo de 633⁶⁰, presidido pelo

⁵⁴ *Id.*, *Ibid.*, a. 583, 1: *Liuvigildus rex civitatem hispalensem congregatio exercitu obsidet et rebellem filium gravi obsidione concludit, in cuius solatio Miro Suevorum rex...*

⁵⁵ O exílio de Hermenegildo aparece mencionado em *Id.*, *Ibid.*, a. 584, 3: *Liuvigildus rex filio Hermenegildo ad rem publicam commigrante Hispalim pugnando ingreditur, civitates et castella, quas filius occupaverat, cepit, et non multo post memoratum filium in Cordubensi urbe comprehendit et regno privatum in exilium Valentiam mittit.*

⁵⁶ *Id.*, *Ibid.*, a. 585, 3: *Hermenegildus in urbe Tarraconensi a Sisberto interficitur.*

⁵⁷ Segundo *Isid.*, *Etym.*, X, 222: *Perfidus, quia fraudulentus est et sine fide, quasi perdens fidem...* Perfídia que acaba por levar o seu praticante à condição de infiel, como no caso descrito por *Ioan. Bicl.*, *Chron.*, a. 590, 3: *Reccaredo ergo orthodoxo quieta pace regnante domesticae insidiae praetenduntur nam quidam ex cubiculo eius, etiam provinciae dux nomine Argimundus adversus Reccaredum regem tyrannidem assumere cupiens, ita ut, si posset, eum regno privaret et vita. Sed nefandi eius consilii detecta machinatione comprehensus et in vinculis ferreis redactus habita discussione socii eius impiam machinationem confessi condigna sunt ultione interfecti, ipse autem Argimundus, qui regnum assumere cupiebat, primum verberibus interrogatus, deinde turpiter decalvatus, post haec dextra amputata exemplum omnibus in Toletana urbe...*

⁵⁸ Divisão interna corroborada por *Isid.*, *Chron.*, 117: *... Gothi, per Hermenegildum Leovigildi regis filium, bifarie divisi, mutua caede vastantur...*

⁵⁹ *Isid.*, *Hist. Goth.*, 49: *... Hermenegildum deinde filium imperiis suis tyrannizantem obsessum exsuperavit...*

⁶⁰ *Conc. IV Tol.*, a. 633, c. 75: *De commonitione plebis ne in principes delinquantur.*

hispalense, que o pensamento isidoriano vinculou a idéia de tirania como sinônimo de barbárie. Com efeito toda a tentativa de conjuração contra o rei justo é entendida como perfídia e violência que gera instabilidade no interior do reino⁶¹. A partir desta idéia a barbárie seria associada a tirania e a todos os elementos de instabilidade que aquela gerava —como a *feritas*, a *perfidias* e a infidelidade⁶²— enquanto o reino e o rei justo apareceriam como paradoxo da barbárie, detentores tanto da estabilidade como da *humanitas*, *ciuilitas* e da *iustitia*⁶³.

Argumentação similar foi utilizada pelos bispos do VII Concílio de Toledo de 646 para reconhecerem o poder do usurpador Chindasvinto⁶⁴. No cânone 1 deste concílio toledano, que trata exatamente dos clérigos e seculares acusados de deserção ou traição⁶⁵, configura-se a idéia de que o traidor, agindo como fugitivo e pérfido, estava causando um dano ao povo,

⁶¹ *Id.*, *Ibid.*, c. 75: ... *multarum quippe gentium, ut fama est, tanta extat perfidia animorum, ut fidem sacramento promissam regibus suis observare contemnant, et ore simul iuramenti professionem dum retineant mente perfidiae impietatem, iurant enim regibus suis et fidem quam pollicentur praevancant (...). Quiquumque igitur a nobis vel totius Spaniae populis qualibet coniuratione vel studio sacramentum fidei suae, quod patriae gentisque Gothorum statu vel observatione regiae salutis pollicitus est, tentaverit aut regem nece adtrectaverit aut potestatem regni exuerit aut praesuntione tyrannica regni fastigium usurpaverit, anathema sit in conspectu Dei Patris et angelorum, atque ecclesia catholica quam periurio profanaverit efficiatur extraneus (...): Ut si qui ex eis contra reverentiam legum superba dominatione et fastu regio in flagitiis et facinore sive cupiditate crudelissimam potestatem in populis exercuerit, anathematis sententia a Christo domino condemnetur, et habeat a Deo separationem atque iudicium propter quod praesumserit prava agere et in perniciem regnum convertere...*

⁶² *Id.*, *Ibid.*, c. 75: ... *non sit in nobis sicut in quibusdam gentibus infidelitatis subtilitas impia, non subdola mentis perfidia, non periurii nefas, coniurationum nefanda moli-mina...*

⁶³ *Id.*, *Ibid.*, c. 75: ... *sed fidem promissam erga gloriosissimum domnum nostrum Sisenandum regem custodientes ac sincera illi devotione famulantes, non solum divinae pietatis clementiam in nobis provocemus, sed etiam gratiam antefati principis percipere mereamur. Te quoque praesentium regem futurosque aetatum sequentium principes humilitate qua debemus despocimus, ut moderati et mites erga subiectos existentes cum iustitia et pietate populos a Deo vobis creditos regatis...*

⁶⁴ Sobre a ascensão de Chindasvinto ao poder no reino hispano-visigodo de Toledo vide Frighetto, R.: «Os usurpadores, ‘maus soberanos’ e o conceito de tyrannia nas fontes hispano-visigodas do século VII: o exemplo de Chindasvinto», in: *Anais da XIX reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, Curitiba, 2000, p. 135-40.

⁶⁵ *Conc. VII Tol.*, a. 646. c. 1: *De refugis atque perfidis clericis sive laicis.*

à pátria e ao príncipe⁶⁶. Sabemos perfeitamente que o contexto do alçamento de Chindasvinto ao trono hispano-visigodo provocou uma fuga considerável de membros da nobreza laica e eclesiástica que procuravam proteger-se da ação vingativa do soberano⁶⁷. Contudo, apesar de sua ascensão usurpatória, Chindasvinto utilizou-se de toda a argumentação teórica que associava o traidor que fugia para outros territórios como aliado dos bárbaros que tentavam desestabilizar o reino hispano-visigodo. Assim o traidor terminava por ser assimilado, nesta fonte, ao próprio bárbaro que tentava promover a instabilidade interna.

Nesta mesma linha interpretativa encontramos a argumentação utilizada no XVI Concílio de Toledo de 693, reunião conciliar que «reinaugu-

⁶⁶ *Id., Ibid., c. 1: ... Ut quisquis in ordine clericatus a maximo gradu usque ad minimum constitutus in alienae gentis regionem se quaquamque occasione transduxerit, ut exinde superbiendo vel reditum suum vel quolibet aliud videatur expetere, sive etiam quod gentem Gothorum vel patriam aut regem specialiter sub hac occasione possit nocere vel fieri disposuerit vel aliquatenus fecerit, sed et qui cum talibus conscius repperitur eisque vel consilium vel opem administrasse cognoscitur, qualiter aut gentem alienam fugam adpeterent aut in malis quae coeperant perdurarent seu quamquamque laesionem genti Gothorum vel patriae aut principi post fugam inferrent, aut qui in eadem pravitatem perseveraturos dinoscitur suasisse, iste ita indubitander omni honoris sui gradu privetur, ut locum eius in quo ministraverat alter continuo perpetim regendum accipiat (...). Sic enim haec super adnixa capitula vel imperiis principum vel terroribus oportebit unquam evacuari, quia novimus omnes pene Spaniae sacerdotes omnesque seniores vel iudices ac ceteros homines officii palatini iurasse, atque ita nunc legibus decretum fuisse, ut nullus refuga vel perfidus qui contra gentem Gothorum vel patriam seu regem agere aut in alterius gentis societate se transducere reppetitur, integritati rerum suarum ullatenus reformetur (...). Ut quicumque etiam laicorum in praedictis capitulis, hoc est adversitate gentis aut patriae vel regiae potestatis in extremas partes se conferendo vel talibus opem praebendo noxius fuerit ultra reppertus, non solum ut dictum est omni rerum suarum privetur...*

⁶⁷ Informações estas encontradas em *Ps. Fred., Chron., LXXXII: ... Tandem unus ex primatibus, nomine Chintasindus, collectis plurimis senatoribus Gotthorum, caeteroque populo, in regnum Spaniae sublimatur, qui Tulganem degradatum ad onus clericatus tonsorari fecit: cumque omne regnum Spaniae suae ditioni firmasset, cognito morbo Gotthorum, quem de regibus degradantis habebant, unde saepicus cum ipsis in consilio fuerant, quoscumque ex eis hujus vitii promptum contra reges, qui a regno expulsi fuerant, cognoverat fuisse noxios, totos singillatim jubet interfici aliosque exsilio condemnari (...). Ferunt de primatibus Gotthorum hoc vitio reprimendo ducendos fuisse interfectos: de mediocribus quingentos interficere jussit. Quo adusque hunc morbum Gotthorum Chintasindus congnovisset perdomitum, non cessavit quos in suspicione habebat gladio trucidare...*

rou» o reinado de Égica⁶⁸. Dois cânones trataram da questão da infidelidade da nobreza laica e eclesiástica, o 9 e o 10, sendo o primeiro dirigido especificamente para o caso da infidelidade cometida pelo bispo Sisberto de Toledo⁶⁹ enquanto o segundo fazia alusão a futuras tentativas de conspiração e quebras do juramento contra o soberano⁷⁰. Por certo que Égica reveste-se, nesse caso, de toda a argumentação sacralizadora de sua figura advertindo para a ameaça a instabilidade do reino a partir dessas atitudes pérfidas e tirânicas daqueles que deveriam ser considerados como inimigos da unidade promovida pelo rei e pelo reino⁷¹. Uma vez mais, segundo a tendência conciliar, os traidores acabavam por relacionarem-se aos inimigos externos ou, se preferirmos, aos bárbaros que visavam desestabilizar, com suas ações violentas e ilegítimas, o reino hispano-visigodo⁷².

⁶⁸ Para tanto vide García López, Y.: *Estudios críticos de la 'Lex Wisigothorum'*, Alcalá de Henares, 1996, pp. 212-3.

⁶⁹ *Conc. XVI Tol., a. 693, c. 9: De Sisiberto episcopo*. Sobre este bispo vide García Moreno, L. A.: *Prosopografía del reino visigodo de Toledo*, Salamanca, 1974, p. 121, «... Fue uno de los jefes de una conjuración descubierta antes del 2-VI-693, con el fin de derribar a Egica, y tal vez alzar en el trono a un usurpador...».

⁷⁰ *Conc. XVI Tol., a. 693, c. 10: De his qui iuramenti sui profanatores extitisse noscuntur*.

⁷¹ Idéia que encontra-se desenvolvida em Frighetto, R.: «Uma tentativa de unidade político-religiosa na Hispania visigoda de finais do século VII: o reinado de Égica», in: *Preactas de las II Jornadas de Historia de España*, Buenos Aires, 2001 (inédito).

⁷² A terminologia utilizada pelos padres conciliares do Concílio XVI de Toledo sugerem essa vinculação: *Conc. XVI Tol., a. 693, c. 9: ... Unde opportunum satis est ut sponsio principibus compromissa absque aliquo fraudis naevo custodiatur et fides eis reddita nullis factionibus nullisque etiam nequitiae machinationibus temeretur (...). Est enim quorundam saecularium, et quod peius est sacerdotum, inprobanda satis obstinatio animorum, ut fidem suis principibus sub iuramento promissam observare contempnunt et verborum fuco iuramenti obnubilent promissionem, dum in arcano pectoris retentant infidelitatis perversitatem (...). Unde quia Sisibertus Toletanae sedis episcopis talibus machinationibus denotatus repperit est pro eo quod serenissimum dominum nostrum Egicam regem non tantum regno privare sed et morte (...): ipse vero Sisibertus pro sui iuramenti transgressione facinorisque tanti machinatione (...), honore simul et loco depulsus, omnibusque rebus exutus quibusque in potestate praedicti principis redactis perpetui exilii ergastulo maneat religatus...; Id., Ibid., c. 10: ... Sicut ulcus quod granditer serpit in corpore non nisi gravioribus medicaminibus aut ferro curatur, ita perfidorum obstinatio quae nullatenus cohibetur durioribus sententiis necesse est ut multetur (...), tamen quia et iurandi transgressio valide inolevit et machinandi contra principes nostros consuetudo saeva percubuit (...), ut quicumque deinceps cuiuslibet sit honoris persona*

Para além das normativas conciliares contamos também com informações legislativas oriundas do *Liber Iudiciorum/Lex Wisigothorum* que sugerem esta conexão entre infidelidade político-militar e religiosa que aproximam sobremaneira a estes infiéis da imagem do inimigo que tenta destruir a unidade territorial do reino hispano-visigodo, sendo portanto considerados como traidores e, ao fim e ao cabo, portadores dos mesmos vícios dos bárbaros. De todas as leis que tratam desta temática, como por exemplo as que referem-se a quebra de juramento da nobreza laico-eclésiástica em relação ao rei⁷³, uma destaca-se pelo conteúdo que aproxima-se consideravelmente do nosso foco de análise. Referimo-nos a lei militar de Wamba, a L. V., 9, 2, 8⁷⁴, editada logo após os acontecimentos da rebelião militar ocorrida na Narbonense conduzida pelo *Dux* Paulo⁷⁵. Nesta lei nota-

vel ordinis in necem vel deiectionem regiam quippiam machinaverit, eumque qualibet nocibilitate impetendum crediderit aut gentem eiu vel patriam quibuslibet factionibus disturbare contenderit (...). Quicumque igitur a nobis vel totius Hispaniae populis, qualibet coniuratione vel studio sacramentum fidei suae quod pro patriae gentisque gothorum (...), aut potestate regni exuere temptaverit, aut praesumptione tyrannica regni fastigium usurpare delegerit (...); Quicumque amodo ex nobis cunctis Hispaniae populis quolibet tractatu vel studio sacramentum fidei suae, quod pro patriae gentisque Gothorum statu vel conservatione regiae salutis (...), aut potestate regni exuere temptaverit (...): Quicumque amodo ex nobis vel cunctis Hispaniae populis qualibet meditatione vel studio sacramentum fidei suae, quod pro salute patriae gentisque Gothorum statu vel incolumitate regiae potestatis pollicitus est...

⁷³ Três *leges* referem-se diretamente a esta questão: L. V., II, 1, 6 (*Flavius Chintavintus Rex*): *De his qui contra principem uel gentem aut patriam refugiunt, uel insolentes existunt*; L. V., II, 1, 7 (*Flav. Glors. Egica Rex Nova*): *De his qui noui principis fidem seruandam jurare distulerint, uel his qui ex palatino officio ad eiusdem obedientiam uel praesentiam uenire neglexerint*; L. V., II, 1, 8 (*Flav. Glor. Egica Rex Nova*): *Ut nemo deinceps contra fidem regiam, uel propria causarum negotia in deceptione regiae potestatis, uel cuiuslibet rei alterius se iuramenti uinculo alligare praesumat*.

⁷⁴ L. V., IX, 2, 8 (*Flavius Gloriosus Ubamba Rex*): *Quid debeat obseruari, si scandalum infra fines Hispaniae exsurrexerit*.

⁷⁵ A descrição dos acontecimentos da revolta de parte da nobreza visigoda estabelecida na Narbonense e comandada pelo Duque Paulo é apresentada por Juliano de Toledo, *Historia Wambae Regis*, edição crítica de Levison, W., in: *Corpus Christianorum. Series Latina CXV*, Turnholt, 1976, p. 218-44. Um interessante estudo dessa obra de Juliano de Toledo é o de Teillet, S.: «L'Histoire Wambae est elle oeuvre de circonstance?», in: *Antigüedad y Cristianismo III - Los visigodos. Historia y civilización*, Murcia, 1986, p. 415-24. Levando-se em conta que a obra de Juliano menciona os acontecimentos ocorridos no ano de 672, ano inaugural do reinado de Wamba, datamos com

se claramente a dificuldade do soberano em aglutinar forças militares cada vez mais vinculadas a volta dum *dominus* regional, o que já denota um evidente princípio de fragmentação do poder régio hispano-visigodo no último terço do século VII⁷⁶. Esta falta de apoios por parte da nobreza hispano-visigoda em relação ao rei e ao reino será interpretada como quebra do juramento prestado ao soberano sendo considerado, em termos legislativos, como traição ao rei⁷⁷. Mais grave ainda se considerarmos que a lei militar de Wamba sugere a complacência destes nobres que não apoiavam o rei em sua luta contra os inimigos que fustigavam e infestavam as províncias do reino⁷⁸. Novamente aqui deparamo-nos com o papel do soberano de defender a integridade territorial do reino e a sugestão da existência de membros da *nobilitas* que, por diversos motivos, pouco ou nada faziam para colaborar com o rei em sua tarefa. Assim portavam-se como os inimigos, como os bárbaros, e por esse motivo recebiam penalizações muito duras que incluíam a perda de seus títulos, de suas propriedades além de serem encarcerados e enviados ao exílio.

certeza a promulgação da lei militar para o ano de 673, segundo *L. V., IX, 2, 8: ... Data et confirmata lex die kalendarum novembrium anno feliciter secundo regni nostri.*

⁷⁶ Aspecto claramente apontado em *L. V., IX, 2, 8: ... dum nostris hominibus, qui in confinio externis gentibus adiunguntur, hostilis surgit bellanti necessitas; ita quidam facillima se occasione dispergunt, modo transductione loci, modo livore odii, modo etiam impossibilitatis dissimulatione subnixi, ut in eo praeliandi certamine unus alteri fraterna solatia non impendat: et sub hac occasione, aut qui praestare debuit publicis utilitatibus fratrum destitutus adiutorio retrahatur, aut si aggredi pro gentis et patriae adversariis perimatur...*

⁷⁷ *Id., Ibid.: ... dum hoc in vicinis loci ipsius partibus iuxta numerum milliorum suprascriptum nuntiatum extiterit, aut etiam specialiter quisquis ille a sacerdotibus, clericis, ducibus, comitibus, tiufadis, vicariis vel quibuslibet personis iuxta ordinem suprascriptum admonitus fuerit, vel ad suam cognitionem quocumque modo pervenerit, et statim ad vindicationem aut Regis, aut gentis et patriae, vel fidelium praesentis Regis contra quem ipsum scandalum excitatum extiterit, non citata devotione cucurrerit, et praestitum se in eorum adiutorio ad destruendum exortum scandalum non exhibuerit; si episcopus vel quilibet fuerit ex clero, aut fortasse ex officio palatino, in quocumque ordine sit constitutus, vel cuiuslibet persona fuerit dignitatis, aut fortasse inferior huius infidelitatis implicatus scelere, non solum exsilio regletur, sed de eorum facultatibus quidquid censura legatis exinde facere vel iudicare voluerit, arbitrio illius et potestati omnia subiacebit...*

⁷⁸ *Id., Ibid.: ... Nam quotiescumque aliqua infestatio inimicorum in provincias regni nostri se ingerit...*

Enfim, podemos observar que o termo bárbaro aparece numa forma direta nas fontes hispano-visigodas do século VII quando quer apresentar ou ao inimigo externo ou ao *rusticus* que habitava os campos e que aparecia caracterizado como pagão, inculto e facilmente controlado por forças demoníacas. Contudo as referências indiretas, que mencionam a perfídia e a infidelidade cometidas contra o poder soberano, fazem-nos sugerir que nas fontes hispano-visigodas de cunho jurídico-legislativo, como os concílios e a legislação régia, a idéia da traição substituiu de forma objetiva a definição e o conceito de barbárie para os agentes políticos e religiosos internos, integrados na sociedade hispano-visigoda. E isso porque os considerados traidores pelas fontes oficiais agiam de maneira similar aos bárbaros, ou seja, promoviam a instabilidade interna do reino ao mesmo tempo que insurgiam-se como autêntica ameaça a integridade territorial do reino e do poder do soberano legítimo e sacralizado. Portanto a traição estava associada a infidelidade cometida contra o rei e contra o reino que poderia inclusive contar com apoios externos que acabariam por provocar a ruína e a desagregação política do reino. Elementos que fazem-nos recordar a concepção de barbárie da época baixo-imperial romana e que mantiveram-se vivos ao nível do pensamento político-cultural hispano-visigodo. Uma parte integrante das contradições dessa tão singular e interessante sociedade hispano-visigoda que acabou por sucumbir nos primórdios do século VIII.